

## O COLAPSO DO LULISMO E O CAMINHO SEGURO À BARBÁRIE. BREVES APONTAMENTOS A PARTIR DO “TRANSFORMISMO” DO PT.

**Autores:** BRUNA FIGUEIREDO OLIVEIRA, EULINY ARAÚJO MOTA, WESLEY HELKER FELÍCIO SILVA

### Introdução

O Partido dos Trabalhadores (PT) teve seu início em 1978, mas se oficializa em 1980, sendo que somente nos anos 1990 torna-se uma oposição institucional relevante dentro do aparelho do Estado. Este caminho selava as “deformações burocráticas” do partido e rompia de vez com as possibilidades de consolidar-se como uma necessidade histórica que poderia unir os trabalhadores nas batalhas que buscasse superar a mera administração da ordem. Em outros termos, os impulsos sociais evidentes desde a sua criação e que ainda se fazia presente, e até certo ponto o animava, entrava em contradição com a sedutora integração à ordem, sem as definições programáticas de outrora; o que, do ponto de vista da sua dinâmica interna, evidenciou-se na passagem de uma agremiação predominantemente militante a uma predominantemente burocrática (SECCO, 2011). Trata-se do primeiro partido de massas, criado realmente de baixo para cima, constituído pela igreja progressista, pelos remanescentes de grupos da luta armada, do novo sindicalismo, e apoiado por estudantes, intelectuais e líderes de movimentos populares. Porém, ao se afirmar como uma oposição institucional, à custa da participação nas eleições, da exaltação do modo petista de governar para adquirir a confiança dos eleitores e da aceitação do poder “em benefício da Nação”, construiu um discurso econômico em torno do projeto democrático e popular que não passava de “boas intenções abstratas” (FERNANDES, 1991; SECCO, 2011). Na prática, isso funcionou através de um conjunto de políticas sociais minimalistas, da defesa de um mercado interno de massas e do compromisso cada vez maior de evitar rupturas com o capital financeiro. O objetivo desse trabalho é analisar o colapso do lulismo a partir do “transformismo” do PT, bem como compreender as contradições da condução macroeconômica e política levada a cabo pelos governos Lula e Dilma. Tal estudo justifica-se pela necessidade de lançar luzes sobre o fim de um ciclo político no país e, ainda, tem como perspectiva compreender o período que se abre, tendo em vista o aprofundamento do neoliberalismo e suas consequências para as classes subalternas.

### Material e métodos

Essa investigação baseou-se na pesquisa qualitativa, orientada pelo materialismo histórico dialético, buscando analisar o objeto em questão a partir das suas interconexões, a fim de desvendar seu conteúdo e reconstruir teoricamente sua realidade. Em outros termos, baseia-se na perspectiva de totalidade como eixo condutor para a interpretação dos dados obtidos. Nesse sentido, utilizou-se da pesquisa bibliográfica com o intuito de acumular as discussões realizadas em torno do problema proposto, bem como da consulta de dados divulgados por institutos de pesquisas e órgãos oficiais do governo.

### Resultados e discussão

Diante do exposto, é importante destacar que a adesão do PT à mera administração do existente foi coroada através da famigerada “Carta ao Povo Brasileiro” de junho de 2002, quando investidores nacionais e estrangeiros brindaram o compromisso oficial do partido com o mercado. Em outro termos, a carta expressava o aumento da influência eleitoral e a moderação ideológica que sofrera o PT desde os anos 1990; o que, nas palavras de Fernandes (1991, pag. 7), indicava a “entrega da cabeça aos capitalistas e o coração aos assalariados”. Por isso, a incorporação de uma agenda

que visava “valorizar o agronegócio”, reduzir a taxa de juros de forma sustentada, manter o equilíbrio fiscal e controlar os gastos públicos através da manutenção do superávit primário, acompanharam os governos petistas desde sua eleição em 2002. Nesse sentido, é importante ressaltar que, como forma de levar o PT ao poder político de fato, foram consolidadas alianças com setores dos mais variados espectros políticos, inclusive com conservadores. Por isso, Lula teve como vice José de Alencar, um empresário e senador de direita, que chancelava o arco de alianças que o PT propunha. Por outro lado, não rompeu totalmente com a política econômica liberal do governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC, e unificou os programas de transferência de renda existentes no Programa Bolsa Família, considerado o carro-chefe da sua política social, criou o programa “luz para todos”, aumentou o salário mínimo, manteve e ampliou o sistema de seguridade social – embora, vale dizer, promovendo sua “assistencialização”[1] – lhe garantindo apoio popular. Para Oliveira (2010), a eleição de Lula, junto com a criação do Bolsa Família, borraram as barreiras do preconceito de classe e da desigualdade, uma vez que o lulismo, com sua política do “ganha ganha”, e da adesão de diversos setores da sociedade brasileira, despolitizou a questão da pobreza e da desigualdade, transformando-as em problemas de administração. Dito de outra forma, o lulismo refuncionalizou a pobreza como uma questão administrativa, através do combate à pobreza mais extremada, em conformidade com os principais desafios da reprodução ampliada do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, a ênfase nas políticas de transferência de renda, junto com os louvores ao deus do mercado financeiro, liquidava as possibilidades de defesa e garantia dos interesses históricos das classes subalternas brasileiras e criava-se uma forma de hegemonia apoiada num “consentimento passivo” das massas e num “consentimento ativo” das direções, em consonância com as principais características do neoliberalismo (BRAGA, 2010; 2016).

Dessa forma, como sumariou Coutinho (2010), o PT não governou para uma maior ampliação e construção de uma sociedade igualitária como se almejava na década de 1980, mas apenas garantiu mudanças superficiais no intuito de que as classes subalternas, mesmo fora da produção, sejam inseridas no consumo, sem que alcancem um patamar de vida superior. Por isso, o lulismo operou um consenso baseado na aceitação do existente como algo “natural”, abrindo mão, em consonância com o “transformismo” pelo qual passou o partido, da luta pela mudança do que estava estabelecido. Dito de outra forma, ao deixar de pensar a política como uma arena de lutas de diferentes propostas de sociedade, visando grandes transformações, e reduzir-se a propostas cada vez mais rasas, sem grandes mudanças substantivas para as classes subalternas, o lulismo baseou-se na “hegemonia da pequena política”, calcada precisamente no consenso passivo.

## Conclusão

As contradições do lulismo passaram a ser apontadas a partir do “aviso de incêndio” promovido pelas manifestações de junho de 2013, que aceleraram o desgaste político do PT. Em 2014 ganhou força um período sombrio para o lulismo, uma vez que a economia cresceu 0,1%, ficando praticamente estagnada, e fortaleceu a pressão para que o partido aprofundasse o neoliberalismo no país adotando medidas de austeridade (Singer, 2015). A combinação do desgaste político, junto com o aprofundamento da crise econômica, catapultou o colapso do lulismo, abrindo caminho para o fim da administração da pobreza e o aprofundamento da desigualdade. Nesse sentido, após a adoção de medidas de austeridade em 2015, ainda no governo de Dilma Roussef, e, em 2016 após seu *impeachment*, o aprofundamento do ajuste fiscal junto com o desmonte mais severo à proteção social brasileira, jogou no vale das sombras da pobreza entre 2,5 a 3,6 milhões de pessoas. Com isso, 519.568 famílias que haviam deixado o Bolsa Família voltaram ao programa em 2016, no contexto em que o desemprego cresceu na ordem de 72%, até 2016, o trabalho infantil cresceu 11% entre 2014-2015, ou seja, os avanços sociais no que tange ao combate à pobreza no Brasil voou pelos ares, mostrando a fragilidade das mudanças promovidas pelo lulismo ao abrir mão das transformações estruturais. Vale ainda mencionar que, a isso se soma ainda a queda da arrecadação brasileira de 11,3% e o orçamento geral da União consumido em 47% pelos serviços da dívida pública, comprometendo o financiamento da proteção social brasileira (ANDERSON, 2016; IBGE, 2016).

[1] Por “assistencialização” da proteção social brasileira compreende-se o fenômeno em que, diante do crescimento da pobreza, a assistência social, compondo o tripé política de previdência e saúde, ganhou centralidade como principal mecanismo de combate à pobreza e, por conseguinte, à desigualdade social. Com isso, a Seguridade Social passou a assumir uma unidade contraditória, tendo em vista que, ao passo em que avançou a mercantilização das políticas de saúde e previdência, a assistência social se



## Agradecimentos

À Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), pela possibilidade de realizar a Iniciação Científica Voluntária, e pela realização do projeto de pesquisa “O Colapso do Lulismo e o Caminho Seguro à Barbárie”.

## Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry (2016). **Crise no Brasil**. Tradução: Fernando Pureza. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/crise-no-brasil/>. Acesso 17/04/2016.
- BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: SINGER, André [et. al.]. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- \_\_\_\_\_. Apresentação. In: OLIVEIRA, F. BRAGA, R. RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- COUTINHO, C.N. A Hegemonia da Pequena Política. In: OLIVEIRA, F. BRAGA, R. RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FERNANDES, Florestan. **O PT em Movimento:** Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Atores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v. 43)
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Junho de 2016.** disponível: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3223&busca=1&t=pnad-continua-taxa-desocupacao-11-3-trimestre-encerrado-junho-2016>. Acesso 06/08/2016.
- MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da Assistência Social.** Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. BRAGA, R. RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SECCO, Lincoln. **História do PT:** 1978 – 2010. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.
- SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). In: **Novos Estudos.** N. 102, julho de 2015. [novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content\\_1604/file\\_1604.pdf](http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content_1604/file_1604.pdf). Acesso: 05/07/2016.